

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2019

1. CONTEXTO OPERACIONAL

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JANDAIA DO SUL, fundada em 03 de Setembro de 1966, sita à Rua Dr. João Maximiano, 426, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná, é instituição de Ensino Superior, com personalidade jurídica própria, entidade sem fins lucrativos, organizada sob a forma da lei de Fundação, dotada de autonomia didática, científica, administrativa, financeira e disciplinar.

2. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas emanadas da legislação societária brasileira, adaptadas as peculiaridades das Instituições de Ensino, com as normas elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade que editou as Normas Brasileiras Contábeis Técnicas (NBC T), objetivando regulamentar os procedimentos contábeis em "Entidades Diversas". As normas são as seguintes:

- NBC T 10 – Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas;
- NBC T 10.4 - Fundações (Resolução CFC N° 837/99, de 22 de fevereiro de 1999);
- NBC T 10.19 - Entidades Sem Finalidade de Lucros (Resolução CFC N° 877/00, de 18 de abril de 2.000).

E também em conformidade com as Leis n° 6.404/76 e 11.638/07. As demonstrações estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) **Regime de Escrituração:** Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação deste regime implica dos ingressos e dispêndios e das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.
- b) **Disponibilidade de caixa e equivalentes:** Representado por numerários em

- c) **Provisão para perdas sobre créditos:** No exercício de 2019 não foram feitas novas provisões.
- d) **Investimentos:** Representado pela participação societária da FUNDAÇÃO, na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Ivaí – Sicredi.
- e) **Segregação entre curto e longo prazo** – as operações vencíveis e vencidas com datas inferiores a 360 dias, estão registradas no circulante e as com prazos superiores no longo prazo.

4. ATIVO DISPONÍVEL

Houve um aumento nos valores do disponível quando comparado com o ano de 2018.

5. CONTAS A RECEBER

Em comparação ao ano de 2018, não houve variação do saldo de Contas a Receber.

6. OUTROS VALORES A RECEBER

Em comparação com o ano de 2018, houve uma redução em Outros Valores a Receber.

7. ESTOQUES

Neste grupo são contabilizados os materiais utilizados para a manutenção e conservação da entidade. Houve um a baixa total dos estoques com relação aos saldos de 2018.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Fundação e encargos de financiamentos a vencer, conforme quadro abaixo. Com a menor utilização de capitais de terceiros explica-se a baixa total em 2019.

9. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Neste grupo classificam-se os subgrupos Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível:

- a) **Ativo Realizável a Longo:** Neste grupo estão classificadas as contas a receber de exercícios anteriores a 2011.
- b) **Investimentos:** Neste grupo classificam-se as contas de integralização de capital, em forma de participação em outra instituição, no caso, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Ivaí – Sicredi. A composição do saldo é atribuída à aquisição de cotas e à valorização das mesmas.
- c) **Imobilizado:** é demonstrado ao custo de aquisição para bens móveis e Imóveis, deduzidos da respectiva depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens. A Entidade realizou as análises, conforme previsto no CPC 27 e na interpretação ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Resolução CFC nº 1.263/09, com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação e entende que as taxas atuais praticadas são as mais razoáveis, não requerendo nenhum ajuste.
- d) **Intangível:** Neste grupo classificam-se os direitos sobre Marcas e Patentes da Instituição.

10. PASSIVO CIRCULANTE

- a) O valor Empréstimos refere-se aos valores negociados com a Caixa Econômica Federal.
- b) O valor da conta Fornecedores refere-se às obrigações existentes da entidade considerada no curto prazo.
- c) O Valor da conta Obrigações trabalhistas refere-se às obrigações para com os colaboradores, sendo que 80% deste valor é referente ao INSS Patronal.
- d) A conta Dívidas Previdenciárias corresponde a valores devidos ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que foram transferidas para a Fundação

a Longo Prazo por terem vencimentos anteriores ao exercício de 2012 e aguardam consolidação do Refis da Crise, Lei nº 11941/2009 e também da Lei 12996/2014, que se trata da reabertura do Refis da Crise. Neste exercício não foi provisionado os encargos por conta de o parcelamento se encontrar em fase de consolidação.

- e) Outras Contas a Pagar é o grupo de contas que registra as demais obrigações desta Instituição.
- f) Provisões Trabalhistas refere-se às contas de provisionamento dos encargos trabalhistas referente a Férias e 13º Salário e que de acordo com a nova legislação contábil foi extinta, passando a ser adotado no grupo “Obrigações Trabalhista e Sociais” em 2018.
- g) A conta Empréstimos e Financiamentos refere-se às obrigações da entidade para com entidades financeiras.

11. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Estão classificadas neste grupo as contas cujos valores são vencíveis e/ou vencidos há mais de 365 dias. Este grupo está subdividido em Exigível a Longo Prazo, Provisão para Contingências e Receitas de Exercícios Futuros.

- a) Os valores existentes no subgrupo de Parcelamentos do Exigível a Longo Prazo referem-se, em sua grande maioria, a valores devidos ao INSS conforme já explanado na Nota Explicativa **9.c**.
- b) As Provisões para Contingências contemplam valores de provisões para processos do mestrado que tramitam na justiça, conforme a Nota Explicativa número **11**.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Além dos valores mencionados acima existem processos cíveis e trabalhistas cujos valores e possibilidades de condenação não são possíveis de certificarem-se por: juntada de documentos, ouvida de testemunhas, perícias e outros pontos que dependem de entendimento do Juiz da Causa, sendo impossível presumir como o mesmo sentenciará

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

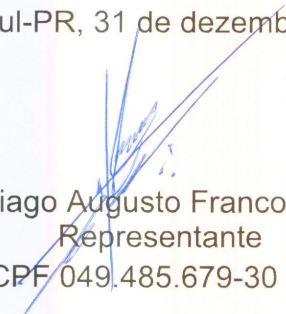
Composto pelo Patrimônio Social da Fundação, Superávit/Déficits de exercícios anteriores e do exercício, bem como por Ajuste de Exercícios Anteriores (referente a perdas por inadimplência com mensalidades, provisionamento de contingências de exercícios anteriores, entre outros ajustes) e pelo ajuste de Avaliação Patrimonial realizado no exercício de 2010.

A partir do Exercício de 2014, em virtude do montante acumulado da dívida previdenciária desde 1996 e uso de capital de terceiros para conclusão da obra iniciada em 2008, a diferença entre o Ativo Total, representado por bens e direitos da Instituição, e o Passivo Circulante mais o Não Circulante, representado pelas obrigações da Fundação para com terceiros, obteve um resultado negativo para o Patrimônio Social Líquido, situação em que caracteriza o Passivo a Descoberto.

14. SEGUROS

A FUNDAÇÃO adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração para fazer face à ocorrência de sinistros.

Jandaia do Sul-PR, 31 de dezembro de 2019.



Thiago Augusto Franco
Representante
CPF 049.485.679-30

Daniel Henrique Berti Ziroldo
CRC/PR 050491/O-0
CPF 032.834.739-60